

# Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores

Daniel Gandra <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: daniel.n.gandra@gmail.com

## Resumo:

O artigo visa a compreender as diferenças entre duas interpretações historiográficas sobre os motivos que levaram ao boom cafeeiro no século XIX no Vale do Paraíba. Uma interpretação foca-se sobre aspectos culturais enquanto outra sobre as relações capitalistas internas ao Brasil e globais. O artigo também estuda algumas interpretações historiográficas sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores, mostrando como as noções de dependência e autonomia iluminam tanto as interpretações aqui estudadas sobre a economia cafeeira quanto sobre o poder político dos cafeicultores.

**Palavras-chave:** Vale do Paraíba; Economia; Escravidão; Senhores; Política.

## Abstract:

This article aims to understand the differences between two history interpretations about the reasons that led to the coffee boom in Paraíba River Valley in the nineteenth century. One interpretation focuses on cultural aspects while the other focuses on Brazilian and global capitalist economic relations. This article also exams some history interpretations about the national political power of coffee producers, demonstrating how the general notions of autonomy and dependence enlighten both those interpretations about coffee economy and producer's political power.

**Keywords:** Paraíba River Valley; Economy; Slavery; Slave owners; Politics.

## 38 **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

### **Introdução**

O presente artigo investiga duas interpretações historiográficas sobre os motivos que levaram ao boom cafeeiro no Vale do Paraíba no século XIX. Enquanto a teoria do “arcaísmo como projeto” proposta por João Fragoso e Manolo Florentino vê a mola propulsora do crescimento da cafeicultura somente em aspectos culturais (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001), interpretações recentes tendem a compreender este crescimento como uma consequência da interação de fatores econômicos internos ao Brasil com as relações capitalistas globais (MARQUESE; DALE, 2009).

Para enriquecer este debate historiográfico, o artigo traz dados contidos em dois inventários *post-mortem* de mega produtores de café no município de Piraí: Luis de Souza Breves, morto em 1839; e Francisca de Jesus Breves de Macedo, morta em 1848. Ambos são considerados mega produtores por possuírem mais de 100 cativos (SALLES, 2008, p. 31), o primeiro com 310 e a segunda com 281 escravos.

O artigo também expõe algumas interpretações historiográficas sobre o poder político dos cafeicultores do Vale, mostrando como parte da historiografia oscila entre considerar a elite cafeeira irrelevante no cenário político nacional até vê-la como um ator extremamente importante nas decisões políticas do país, especialmente aquelas que concerniam a seus interesses.

Por fim, o artigo conclui que dois paradigmas básicos iluminam as interpretações historiográficas aqui estudadas, tanto no âmbito econômico quanto no político: dependência e autonomia.

### **O Boom cafeeiro no Vale e o poder político dos cafeicultores**

Ao longo do século XIX, o Vale do Paraíba emergiu como a maior região produtora de café do mundo nos oitocentos. Somente na sua parte fluminense, as exportações de café passaram de 160 arrobas em 1792 para 540 mil em 1820, e 3 milhões em 1835 (FLORENTINO e GÓES, 1997: 46). Na década de 1840, a produção saltou de menos de 100.000 para mais de 150.000 toneladas. Entre 1838 e 1848, estima-se que 358.823 cativos tenham desembarcado no sudeste (MARQUESE; DALE, 2009, p. 360), a maioria com destino certo às *plantations* do Vale.

A região tornou-se zona de fronteira na primeira metade do século. Cidades como Bananal, Valença, Vassouras e Piraí cresceram exponencialmente ao longo dos oitocentos, concentrando, em seu entorno, enormes *plantations* e luxuosas casas-grandes; e, em seu centro, monumentais construções, que ostentavam o poderio das classes produtoras locais. A geografia e os dados mostram a pujança da região, porém como e por que o Vale tornou-se

o núcleo econômico do Brasil foi objeto de grande debate entre historiadores.

Não é difícil contrapor duas interpretações que divergem na causa que levou ao “boom” cafeeiro no Sudeste. Stuart Schwartz denominou a primeira interpretação de “paradigma da dependência”, a qual afirma que a revolução em Saint Dominique, colônia do caribe francês maior produtora de café (responsável por 32.000 toneladas do produto em 1790 ou 46% da produção mundial), levou o produto a prosperar no Brasil. A partir de 1791, escravos desta colônia rebelaram-se e conseguiram derrubar o governo colonial, substituindo-o pelo autogoverno de ex-cativos e libertos de cor, o que acarretou no colapso do sistema de *plantations* exportadora e na quebra da produção da ilha. Com a carência de oferta, outras regiões beneficiaram-se desse vazio produtivo, dentre elas o Vale (FURTADO, 2008, p. 168).

Somando-se à crise da oferta, o contínuo crescimento da demanda dos Estados Unidos também é destacado como causa da formação do Vale, passando a responder por mais de 50% das exportações do gênero em meados dos oitocentos. Além do consumo, a cisão entre a política norte-americana e britânica em 1786, teriam feito os Estados Unidos preferir o café neerlandês da Insulásia (Java e Sumatra) e britânico das Índias Ocidentais em favor da produção brasileira, devido à estreita ligação política entre Londres e Amsterdã (JÚNIOR, 1997: 160). O reequilíbrio entre as potências mundiais na virada do século teria papel significativo na ascensão brasileira. Autores clássicos como Caio Prado Júnior e Roberto Simonsen (MARQUESE; DALE, 2009, p. 342) também dão ênfase especial à capacidade produtiva das terras do Vale, já que:

O café, em confronto com a cana de açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais o café prospera favoravelmente são estreitos: 5º e 33º C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos” (JÚNIOR, 1997, p. 161).

A natureza do Vale seria ideal para o plantio e, por isso, teria superado o nordeste (onde se iniciaram as primeiras plantações), e produtores estrangeiros. Portanto, a economia, em sua expressão mais capitalista de relação demanda externa e oferta interna, o jogo de forças das potências mundiais e uma natureza favorável explicariam o crescimento do Vale e sua especialização nesta monocultura para exportação. Como consequência, a pujança econômica do Brasil teria dependido de fatores externos e naturais, alheios à sociedade brasileira.

A segunda interpretação foi capitaneada por João Fragoso, que inverteu este paradigma ao afirmar que o Vale era um “mosaico de formas não capitalistas de produção” (FRAGOSO, 1992), fruto do reinvestimento do capital do tráfico negreiro na produção cafeeira. Para Fragoso, a redução do preço do café entre 1822 e 1830 torna inviável uma

## 40 | **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

explicação puramente econômica para a formação do Vale exportador, pois os cafeicultores teriam feito uma escolha deliberada pelo investimento no café durante esse período, apesar de o custo de oportunidade apontar outros investimentos mais rentáveis. Essa escolha somente poderia ser explicada por um *ethos* senhorial que via na posse de terras e homens uma expressão de ascensão social. A expansão do Vale seria, deste modo, anticapitalista, e não resultado direto do estímulo da demanda sobre os investimentos na oferta. Não seria a economia, porém sim a cultura; não seria a exogenia de uma demanda externa, porém sim a endogenia social que explicaria o desenvolvimento da região. Nesta linha interpretativa, o desenvolvimento econômico do Vale seria fruto de um arcaísmo cultural da elite que detinha o capital para investimento e que, fortuitamente, acabou por encontrar o mercado para seus investimentos, após o preço da rubiácea ter voltado a subir. Portanto, não teria sido a dependência dos fatores externos, porém sim o desdobrar dos internos que formaram o Vale.

Da mesma forma que Fragoso criticou a visão da dependência econômica estrita, críticas também surgiram à sua visão estritamente culturalista. O hiato entre o plantio do arbusto e o início da produção oscila entre 3 a 5 anos, deste modo, uma queda nos preços só passa a ter reflexos na produção após esse lapso de tempo. Esse hiato, em um período relativamente curto de tempo (a queda de preços da década de 1820 não durou mais que 8 anos) pode ser a causa de reflexos pequenos e tardios na produção. Além disso, os pés de café são investimentos de longo prazo, pois capazes de produzir por décadas; assim, os pés já plantados não seriam abandonados facilmente mesmo em uma conjuntura de queda de preços. Em verdade, há uma clara correlação entre a flutuação de preços e o resultado produtivo se considerado o hiato de produção dos pés. Rafael Marquese e Dale Tomich explicam:

a produção cresceu sensivelmente entre 1826 e 1828, fruto dos cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa) a produção estacionou em torno de 27.000t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940t para 67.770t” (MARQUESE; DALE, 2009, p. 356).

No campo externo, a quebra da produção dominicana certamente teve impacto na constituição do Vale, porém não de modo imediato na cafeicultura como cria o paradigma dependentista. O choque inicial da oferta foi melhor absorvido pelo caribe inglês e outras regiões no seu entorno ao fim do século XVIII, os quais já tinham uma produção cafeeira relativamente estruturada, ainda que incipiente.

A Jamaica, mais expressiva colônia britânica na região, serve como exemplo. Em 1791, a *plantation* cafeeira média jamaicana possuía 35 cativos, alcançando 128 almas em 1832, um aumento de 265,7% em 41 anos; neste período, a *plantation* de cana, que dividia espaço e recursos com o café, teve um crescimento bem menor: 44,8%, passando de 154 cativos, em média, para 223 (ENGERMAN e HIGMAN, 1997, p. 74). A produção de 6.000 toneladas de café em fins dos setecentos saltou para 13.500 em 1808 (MARQUESE; DALE, 2009, p. 347), passando a declinar depois deste ano. Em 1807, o Parlamento Britânico aprovou o *Slave Trade Act*, proibindo o tráfico negreiro, o que colocou a produção de café e a de açúcar em disputa pela mão de obra. Além da mão de obra, as terras jamaicanas já estavam praticamente ocupadas, e o espaço para plantação também passou a ser um fator de competição.

Embora o crescimento do emprego no café tenha sido proporcionalmente mais expressivo no período imediato após a quebra de Santo Domingo, a *plantation* jamaicana média de cana em 1791 empregava 4,4 vezes mais que sua contraparte cafeeira, o que evidencia a estrutura produtiva mais desenvolvida do açúcar. Progressivamente a produção canavieira mostrou-se mais competitiva e foi ganhando espaço sobre o café. Não é sem razão que o pico da produção do café deu-se um ano após a proibição do influxo de mão de obra, evidenciando a vantagem competitiva da cana. Mesmo com o crescimento inicial vultoso da rubiácea, em 1832 a *plantation* média de cana ainda empregava quase 2 vezes mais que a cafeeira. A política britânica de repressão ao tráfico e a limitação geográfica de espaço colocaram o café em uma competição desigual, da qual ele saiu perdedor naquela ilha. Situação semelhante enfrentou Demerara (colônia holandesa até 1815 e parte da Guiana Inglesa entre 1838 e 1958) que ainda teve de fazer face às grandes rebeliões escravas da região (MARQUESE; DALE, 2009, p. 350-354).

No caribe hispânico, não foi muito diferente. A liberalização comercial levada a cabo por Carlos III e IV, também chamada reforma borbônica, dinamizou a economia cubana e elevou a produção açucareira da ilha ao mesmo patamar da produção da América portuguesa em fins do século XVIII. A abertura do tráfico negreiro por Carlos IV foi o motor que promoveu o desenvolvimento do comércio e da produção da ilha, estruturando a economia para responder à crise de oferta do café dominicano. Além das reformas borbônicas, a fuga de proprietários e trabalhadores dominicanos para a ilha levou o *know-how* produtivo da rubiácea. Em 1821, a produção cubana já era de 10.000 toneladas/ano.

Ao contrário do Vale, que dispunha de terras exclusivas para o plantio do café e o influxo de mão de obra era drenado predominantemente para as áreas de plantio, o café cubano era um forte competidor por terras e mão de obra do açúcar da ilha, assim como na Jamaica. Na década de 1830, os Estados Unidos, principal comprador do café cubano, viram sua produção de cereais sobretaxada pela Espanha e, em retaliação, sobretaxaram a importação dos artigos espanhóis, dentre os quais o café cubano. Durante o breve intervalo da sobretaxa, as exportações brasileiras para os Estados Unidos ocuparam o nicho cubano. Com isso, os investimentos na cana em Cuba tornaram-se mais atrativos e os ganhos de escala fizeram o açúcar cubano ganhar competitividade sobre a contraparte brasileira. O Café

## 42 Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores

da ilha viu-se preterido pelo melhor custo de oportunidade da cana. Selando de vez o destino do café em Cuba (tendo em vista o hiato produtivo de 3 a 5 anos dos cafezais), um furacão assolou a ilha em 1844 e destruiu grande parte das plantações (MARQUESE; DALE, 2009, p. 354-363).

No Brasil, a crise de oferta de Santo Domingo inicialmente teve maior impacto na produção açucareira, especialmente nas regiões do Recôncavo Baiano e Zona da Mata em Pernambuco, onde já havia estrutura produtiva da commodity. Em Itú, Jundiá e Campinas (na província paulista), e no baixo Paraíba foram instalados novos engenhos canavieiros. Contudo, o aumento produtivo continuou encontrando forte competição no açúcar caribenho, e desacelerou na virada do século. No mesmo período, os investimentos passaram a ser dirigidos à rubiácea. Entre 1797 e 1811, a produção média anual foi de 400 toneladas, ainda refletindo os “portos fechados” antes de 1808; entre 1812-1816, a produção subiu para 1.500 toneladas, chegando a 13.500 toneladas em 1822. Durante a década de 1820, Brasil, Cuba e Java (colônia holandesa no Pacífico) experimentaram um crescimento exponencial da produção cafeeira, apesar da queda de preços entre 1822 e 1830, firmando-se como os principais produtores da *commodity*.

Na década de 1830, a produção cubana de café cedeu à economia canvieira. O único competidor de peso que o Brasil possuiu a partir desse período foi a ilha de Java, cuja produção somente tornara-se significativa a partir da década de 1810. Entretanto, o café javanês estacionou em torno de 75.000 toneladas a partir de 1840 devido à política de compra do café pelo estado a preço pré-estabelecido, o que desestimulava os cafeicultores (em sua maioria pequenos proprietários sob o emprego de mão de obra livre) a investirem na produção (MARQUESE; DALE, 2009). Ao contrário do Brasil, como a mão de obra em Java era livre e empregada por pequenas unidades produtivas, não houve influxo tão significativo de braços como ocorria no Brasil escravista, onde o comércio negreiro foi o mais vultoso das Américas. Por conseguinte, sem a competição com a cana, com importação volumosa de mão de obra cativa, terras disponíveis, e respondendo eficientemente à flutuação de preços do mercado em uma estrutura latifundiária concentradora de riquezas (SALLES, 2008), o ritmo de crescimento do Vale continuou acelerado até fins do século XIX.

A historiografia também explica o direcionamento dos investimentos para o café em razão da inversão produtiva da economia aurífera. Embora seja ponto pacífico que não tenha havido transferência da mão de obra escrava do ouro para o café, a infraestrutura da economia das Minas contribuiu significativamente para o desenvolvimento do Vale: um potente mercado escravista em atividade na região, capaz de rapidamente suprir a demanda por mão de obra; dois eixos de transporte, um norte-sul pelo caminho entre Rio de Janeiro e Minas Gerais (aberto em torno de 1720), e outro eixo leste-oeste, pelo caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo (aberto em 1770), a fim de ligar a sede do vice-reino a Goiás e Mato Grosso (MOTTA, 1999, p. 34), permitindo o acesso dos investimentos; uma estrutura considerável de transporte e escoamento da produção por “tropas de mula”, animais adaptados ao terreno acidentado da região; a existência de terrenos virgens aptos ao cultivo

em razão da política das “terras proibidas”, que vedava a ocupação do médio Paraíba entre 1720 e 1780. Se o café dos oitocentos não deve sua mão de obra diretamente ao ouro, certamente deve-lhe a infraestrutura para seu desenvolvimento. Mão de obra, terras e transporte forneceram a infraestrutura necessária ao “boom” cafeeiro.

No cenário mundial, embora o Brasil não tenha imediatamente ocupado o nicho deixado por Santo Domingo, condições favoráveis ao investimento e suas vantagens competitivas frente aos demais produtores fizeram do país um exportador de peso que progressivamente ganhou espaço à medida que a produção caribenha foi se especializando em cana. Não é exagero dizer que, em meados do século XIX, o Brasil dominava o mercado e sua produção exercia forte influência sobre os preços mundiais.

Os debates historiográficos sobre a ascensão do café do Vale giravam em torno de uma estrita dependência econômica externa aliada a uma vocação natural versus a autonomia social expressa em uma cultural arcaica. Hoje, estes pontos de vista foram relativizados. Os contextos, aqui resumidos, de política interna e global, e de economia local e mundial ajudam a compreender que a predominância do café brasileiro no mercado internacional não foi um processo inevitável e natural de especialização, porém foi sim um transcurso de singularização produtiva, fortemente guiado por políticas e condições adversas nos planos internos e externos. Portanto, trata-se de uma especialização “historizável” naquilo que a palavra implique em um processo sujeito às circunstâncias e à ação humana particular, e não um destino manifesto regido por leis econômicas transcendentais à história e condições naturais a ela alheios. O Vale e o café não foram o fado de uma vocação, porém sim a ventura de um cenário.

Além da commodity, seus produtores também passaram por diversos olhares na historiografia. Em “Os Donos do Poder”, com primeira publicação em 1958, Raymundo Faoro via na elite cafeeira um papel secundário e submisso aos atravessadores responsáveis pelo comércio internacional, que possuíam os meios e o capital para a compra dos escravos e venda do café. O passivo dos produtores com a manutenção da mão de obra, das safras e com artigos de luxo, não encontrava crédito viável, e somente era satisfeito com o capital dos atravessadores da mão de obra e da produção, o que marcaria uma “clara separação, no negócio cafeeiro, do produtor e agricultor do traficante e especulador” (FAORO, 2012, p. 375). Para Faoro:

O café não pertence mais, daí por diante, ao fazendeiro – senão somente nominalmente: o comissário adianta recursos por conta da safra, vendendo-a aos preços correntes e aceitando o saque do produtor, num ajuste de confiança e não de papel. (...) a economia gira mais em torno do escravo e da exportação que da fazenda (...). (2012, p. 376)

## 44 **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

De fato, encontramos um ajuste que não se restringiu à confiança, mas foi transposto para o papel. Pesquisando o inventário de Francisca de Jesus Breves de Macedo no Museu Histórico de Pirai, deparamo-nos com a contabilidade de dívidas que seu viúvo, o desembargador Diogo Teixeira de Macedo, possuía com o Barão de Guaratiba, um notório traficante escravista e produtor de café. No ano de 1848, embora o desembargador tenha negociado 892 sacas de café em setembro no valor de 7:885/632, e 618 sacas em novembro no valor de 4:950/527, sua dívida com o barão traficante ainda era de 35:398/558. Dentre nove empréstimos entre junho e novembro para saldar dívidas, como a compra de víveres para as fazendas e a educação no colégio Pedro II do menor Luis Carlos de Albuquerque Breves, sobressai o fato de que a dívida anterior a junho já era de vultosos 29:579/045<sup>1</sup>. Isto revela a falta de liquidez disponível ao desembargador cafeicultor para arcar com os custos da própria produção e a manutenção de seu padrão de vida, traduzida em uma grande dependência do capital líquido do barão traficante.

Em “Formação Econômica do Brasil”, também do ano de 1958, Celso Furtado propõe um quadro absolutamente diferente daquele pintado por Faoro. Furtado vê a origem da elite cafeeira no pequeno empresário que passa a investir pesadamente na produção do café após o preço deste subir continuamente no final dos setecentos. A chegada da família Real teria criado uma demanda por gêneros supridos pela hinterlândia fluminense e mineira, o que teria criado a acumulação de capital necessária para o investimento, pois:

O abastecimento do mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda na expansão cafeeira. (FURTADO, 2008, p. 170)

Furtado também contrapõe a formação da elite cafeeira à elite do açúcar. Como o comércio da cana era monopolizado por Portugal e Holanda, o produtor via-se isolado no Brasil e não participava das tomadas de decisão políticas sobre os assuntos de seus interesses. Ociosos e apartados das decisões políticas, os senhores de engenho açucareiro tornaram-se passivos e incapazes de agir politicamente. Os cafeicultores, elite originada nas classes comerciantes que teriam se forjado no desbravamento da fronteira agrícola,

---

<sup>1</sup> Inventário *post-mortem* e testamento de Francisca de Jesus Breves de Macedo – 1848 fundo judiciário (caixa 08). Museu Histórico de Pirai, Rio de Janeiro.

formariam uma elite ativa e capaz de subordinar os instrumentos políticos da capital em favor de seus interesses (FURTADO, 2008, p. 171, 172).

Autores mais recentes como Manolo Florentino e o já mencionado João Fragoso centraram seus estudos nas relações de dependência da produção agrícola ao comércio, especialmente o negreiro; dando continuidade, portanto, ao pensamento de Faoro. Para Fragoso e Florentino:

Os negociantes de grosso trato da colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico) em um movimento que implicava ao direcionamento de outros agentes para atividades menos lucrativas – leia-se, sobretudo, a agricultura. (2001, p. 21)

Estes autores demonstraram a cadeia de endividamentos que ligava as duas pontas atlânticas (o cafeicultor brasileiro e o traficante africano) ao comerciante da praça do Rio de Janeiro. Eles calcularam que um quarto de toda a riqueza inventariada no Rio de Janeiro do primeiro terço dos oitocentos fluía sob forma creditícia, pois os endividamentos ocorriam pela falta de liquidez da economia, fazendo com que os custos fossem cobertos pelo adiantamento de crédito, o qual estava concentrado no comércio.

Além da pesquisa exaustiva na documentação para comprovar a relação credor-mercantil, devedor-produtor, o ponto inovador da tese de Fragoso e Florentino está no caráter arcaico dos investimentos da classe detentora do crédito, pois “A elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamamos ideal aristocrático, que consistia em transformar acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 21, 203-219). Em suma, as riquezas produzidas na economia eram direcionadas pelo mecanismo de crédito a uma elite mercantil que, em lugar de reinvestir o capital na produção, optava pelo gasto em bens e atividades não produtivas ou menos lucrativas. Em Fragoso, o caráter arcaico da elite não seria somente uma endogenia social a explicar o boom cafeeiro, mas também o liame de dependência dos senhores escravistas do Vale ao comércio que os supria.

Sob uma análise mais abrangente, vê-se que a proposta de Fragoso e Florentino é explicar o subdesenvolvimento ou, se preferirmos, a manutenção do Brasil na condição periférica da economia mundial. Nisto eles convergem com as propostas de Furtado e Faoro. Entretanto, para Florentino e Fragoso, grande parte desta explicação se daria pelo caráter retrógrado da classe comerciante detentora do capital líquido. Neste aspecto mais específico, sua tese afasta-se de Furtado para convergir com o pensamento de Faoro, considerando o senhorio cafeeiro do Vale submisso ao capital dos “comerciantes de grosso trato”.

A ideia de que a expansão da fronteira agrícola do Vale era “não capitalista” e a classe

## 46 Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores

que a empreendedora era movida por forças antiquadas e culturalmente inadaptadas à lógica de expansão do capital, pode tanto ser criticada de forma mais ampla e estrutural, como vimos na análise da economia mundial, onde se procurou mostrar que o Vale teve as melhores condições para responder às demandas globais pelo café; quanto pode ser enfrentada em uma análise de cunho mais regional, mesclando micro-histórica e história serial para compreender como se davam as relações econômicas dos senhores do Vale.

Um exemplo é o citado documento de dívida do desembargador Diogo de Macedo<sup>2</sup>, já que seu credor, o Barão de Guaratiba, além de comerciante de cativos era, ele também, um cafeicultor, fazendo parte das duas pontas creditícias, o que coloca em xeque a separação das categorias de “comerciante de grosso trato” e investidor da fronteira agrícola como pertencentes a pontas diversas de uma relação de crédito. No mesmo sentido, outro documento interessante encontrado foi a contabilidade de uma casa de negócios no inventário de Luis de Souza Breves de 1839. A casa, situada na freguesia do Arrozal, atuava no mercado de varejo vendendo produtos variados que iam desde panos e ferramentas até comida. O fundo de negócio foi avaliado em 32:468/45 réis, o que correspondia a 12,08% do monte mor (soma dos ativos deixados pelo morto) de Luis Breves. Este cafeicultor, portanto, decidiu investir mais de 10% de seu capital no comércio, certamente vendo alguma oportunidade de demanda sem suprimento na região. Do restante de seu capital, 26:236/83 réis (10,36% do monte mor) estava em dívidas ativas (empréstimos realizados por Luis Breves a terceiros); 25:742/000 (10,16%) em terras; ao menos 33:242/000 (13,12%) em plantações, das quais 32:984/000 em café; 104:106/14 (41,08%) em cativos; e o restante (13,2%) dividia-se em ativos relativos à produção do café (como animais e maquinário) e bens pessoais.

Se, por um lado, o desembargador Macedo, funcionário do Estado, era incapaz de manter seu padrão de vida sem crédito; por outro, seu credor guardava com ele a mesma atividade de produtor de café, e sua ligação com o Estado dava-se não pela relação de emprego, mas pela titulação de baronato. De modo análogo, ainda que considerável parte das riquezas inventariadas fluísse sob a forma de crédito dada a pouca liquidez na economia, possivelmente cafeicultores de largo cabedal, como foi o caso de Luis de Souza Breves, investiam considerável parte de seu capital no comércio<sup>3</sup>.

No inventário de Luis Breves, não há dívidas, somente créditos, que somam 26:238/830 (ou 10,03% do monte mor), o que mostra que, ao contrário do desembargador Macedo, este ramo da família Breves conseguia arcar com suas despesas e dispor de mais de 10% de seu capital para fornecer crédito. Seria este “equilíbrio nas contas” somente fruto da decisão de Luis Breves em investir na casa de comércio? Em uma economia pouco líquida,

<sup>2</sup> Inventário *post-mortem* e testamento de Francisca de Jesus Breves de Macedo – 1848 fundo judiciário (caixa 08). Museu Histórico de Piraí, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Inventário *post-mortem* e testamento de Luiz de Souza Breves – 1839 fundo judiciário (caixa 03). Museu Histórico de Piraí, Rio de Janeiro.

mesmo com o capital imobilizado da produção cafeeira, quão significativa seria a transferência de riquezas dos produtores para os comerciantes?

Tais perguntas certamente não encontrarão uma resposta fácil. Pesquisando a vida do Barão de Guaribu, Ricardo Salles e Magno Borges mostraram que o barão figurava no inventário do pai como seu credor de 46:233\934 réis em 1839, o que lhe ajudou a amear uma fortuna de impressionantes 1.127:858\700 réis em 1863, data de seu inventário. Assim como o Barão de Guaratiba, o de Guaribu atuava nas duas pontas creditícias: credor e produtor; e assim como Luis Breves, Guaribu também dispôs parte de seu capital para empréstimo. Os autores também mostraram a alta rentabilidade da produção cafeeira do barão, girando em torno de 10%, e sua preferência em investir em terras e mão de obra, o que mais do que quadruplicou sua fortuna entre a data do inventário de seu pai o de seu próprio (SALLES e BORGES, 2012).

A capacidade de amear grande fortuna na fronteira agrícola do café também deixou marcas noutros casos. Camila dos Santos estudou o caso do Comendador Luciano José de Almeida, demonstrando que, em 1817, aos 21 anos, ele possuía somente 14 escravos e produzia 40 arrobas de café. Ao morrer, em 1854, o comendador legou aos herdeiros 2.505:744/515 réis, 816 cativos, e 993.000 pés de café. Em 1853, O comendador foi acusado junto a Manoel de Aguiar Valim e Joaquim de Souza de Breves de traficar cativos, evidenciando sua ligação com o traslado de almas, mesmo após sua proibição (SANTOS, 2012, p. 28-32). A interpenetração das categorias de produção e comércio, a capacidade de acumulação de grande fortuna e o pesado investimento de capital na produção do café também foram características da vida do comendador. Tais aspectos levantam o questionamento sobre se a origem destas fortunas seria somente uma inversão de capital do comércio em uma monocultura pouco rentável, em função de um caráter cultural intrínseco, ou se estaríamos diante de uma acumulação que se dá também pela via produtiva, somando-se ao *ethos* do senhorio cafeeiro o impulso capitalista de ampliar riquezas.

Alguma resposta pode ser encontrada retornando-se ao inventário de Luis Breves. Nele está anexada a prestação de contas da fazenda Pirahy, que a viúva, Maria Pimenta Breves, entregou ao juiz do inventário em razão da tutoria dos quatro menores do casal entre os anos de 1840 e 1842. A produção anual da fazenda nos anos referidos foi de 1,5 mil arrobas no valor de 4:500/000 réis/ano. Os dados do inventário registram que, no momento da avaliação dos bens de Luis Breves, as terras da fazenda valiam 8:400/000 e o preço médio dos 98 cativos da fazenda era de 333/367 réis por cativo. A prestação de contas afirma que havia 104 os cativos na fazenda nos anos entre 1840-1842, calculando-se, pela média do valor do cativo, um total de 34:670/170 réis em cativos naquela propriedade<sup>4</sup>.

Se desprezarmos os custos de aquisição e manutenção da estrutura produtiva (como maquinário, alimentação e cuidado da escravaria, dentre outros), que tendem a ser

---

<sup>4</sup> Inventário *post-mortem* e testamento de Luiz de Souza Breves – 1839 fundo judiciário (caixa 03). Museu Histórico de Piraí, Rio de Janeiro.

## 48 **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

consideravelmente menores que os custos de aquisição de terras e braços, tem-se que o investimento inicial teria retorno em 9,5 anos de produção daquela fazenda. O cálculo é bastante raso e meramente aproximado, pois, além de desprezarmos os custos menores, o custo de aquisição das terras provavelmente foi inferior àquele registrado quando a fazenda já estava em plena produção. Entretanto, apesar da aproximação, o ponto é mostrar que, mesmo que os custos menores superassem a diferença entre valor de aquisição e o de avaliação das terras, e o retorno do investimento fosse, portanto, superior a 9,5 anos, a aplicação de recursos em café ainda se mostraria bastante atrativa, pois o pico produtivo dos cafezais durava aproximadamente 25 anos.

Além disso, os cafezais agregaram um valor de 30:480//000 réis à propriedade, o que, por si só, quase cobriria o custo inicial com a aquisição de mão de obra. Se considerarmos a valorização da terra com os cafezais produtivos, e continuarmos desprezando os custos menores de maquinário e manutenção, o retorno do investimento se daria em algo em torno de 2,8 anos. Ainda que o cálculo superficial e aproximado tenha sido bastante otimista, e dobremos o lapso do retorno do investimento, teremos que não somente a fazenda Pirahy efetivamente possibilitou à família Breves o acúmulo de grande capital como também o garantiu por anos seguidos de forma segura e estável.

Inventários como o dos Breves aqui analisados, o de Guaribu, e de Luciano de Almeida instigam pesquisas que começam a questionar a tese do arcaísmo como moto propulsor da economia cafeeira. Primeiramente, a relação de crédito não parece estabelecer-se de forma tão simples e exclusiva entre comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro e produtores do rural fluminense, conforme descrito por Fragoso e Florentino, pois encontram-se entrecruzamentos entre as categorias de produtores e comerciantes, devedores e credores. Ademais, as análises documentais trazidas neste estudo revelam que os investimentos em café parecem bastante atraentes e capazes de não somente sustentar um elevado padrão de vida como também de oferecer retorno seguro pelo prazo de 25 anos (curva de maior produção dos pés de café, após a qual se inicia uma baixa produtiva) após os 5 anos iniciais de baixa produtividade. Estas novas pesquisas parecem evidenciar que a opção pelo investimento no capital produtivo cafeeiro mostrava-se demais atraente do ponto de vista econômico para que sua decisão tivesse se dado somente com base em um viés culturalista, como propõem Fragoso e Florentino.

Outro ponto mais abstrato e característico das ciências econômicas a ser considerado é a aparente mescla de liquidez e rendimento na tese do arcaísmo. A tese propõe que, em uma economia pouco líquida, aqueles que detêm a moeda, ou seja, a liquidez (e, portanto, tendem a ser credores em débitos para adiantamento de despesas) necessariamente possuem maior rendimento de capital que aqueles que não detêm a moeda (liquidez). A questão é bem elucidada na obra de John M. Keynes, para quem qualquer bem (de capital ou consumo, isto é, de pés de café a casas) possui determinada renda, custo de manutenção e prêmio de liquidez (valor, geralmente expresso por juros, que os agentes econômicos se dispõem a pagar pela liquidez do bem). Para Keynes, a maioria dos bens viáveis à

multiplicação do capital caracteriza-se por um rendimento superior ao custo de manutenção e um baixo prêmio de liquidez. A moeda, por sua vez, possui rendimento e custo de manutenção próximos a zero, porém um alto prêmio de liquidez (KEYNES, 2009, p. 156-179).

Em uma economia pouco líquida, como a brasileira no começo dos oitocentos, certamente o prêmio de liquidez tendia a ser alto, de modo que aqueles que detinham mais moeda auferiam uma multiplicação de capital correspondente a esse prêmio. Contudo, isso não significa que o prêmio de liquidez seja necessariamente maior que a renda proporcionada pelos bens de menor liquidez, como pressupõe a tese de Fragoso e Florentino. A posse de bens de capital e consumo pode não somente gerar uma renda em valor total superior ao prêmio de liquidez pago pela moeda, o que, por si, já garantiria um “equilíbrio nas contas” dos produtores de café; quanto pode, inclusive, gerar um retorno de capital (considerando o montante aplicado para adquirir o bem) ainda superior ao prêmio de liquidez.

Sem tecer maiores considerações econômicas, o ponto é evidenciar que a tese do arcaísmo possui um pressuposto intrínseco: o investimento em bens e atividades de maior liquidez gera mais renda que o investimento em bens de menor liquidez; portanto, o investimento na segunda opção somente poderia ocorrer por motivos culturais, e não econômicos. Para provar sua tese, Fragoso e Florentino mostram as relações de endividamento nos inventários fluminenses. Este pressuposto tanto ignora a diferença das rendas auferidas pela moeda e pelos bens de produção e consumo quanto atribui a primeira um caráter de superioridade absoluto. Portanto, mesmo de um ponto de vista mais teórico, a tese parece não se sustentar, ao menos não no ponto em que se afirma como uma característica cultural cabal e decisiva na escolha dos investimentos da classe proprietária.

Mesmo que com fundamentos e métodos de pesquisa bastante diferentes, vemos reemergir, na contestação ao arcaísmo da elite, o pensamento de Furtado, enxergando na classe produtora de café um estrato social que agia de acordo com os ditames de seus interesses econômicos e a bem do aumento de seu capital.

Para além da questão puramente econômica, outro prisma dos estudos recai sobre o poder político dos senhores do cativo, seguindo uma visão de que, embora haja um liame entre riqueza e a “grande política imperial”, tal conexão não é imediata, porém sim intermediada por uma série de elementos que a articulam, distorcem ou mesmo desconectam. Assim sendo, muitos estudos focam-se na atuação dos senhores sobre aspectos particularmente políticos, como a elaboração das leis libertárias em 1850 (ilegalidade do comércio negreiro), 1871 (Lei do Ventre Livre) e 1885 (Lei do Sexagenário). Este foco traz nova luz à relação de dependência e influência com o centro de poder na capital.

As discussões em torno das leis de 1871 e 1885 e como os debates políticos levaram às suas promulgações talvez seja o melhor exemplo para entender a evolução das interpretações acerca da questão senhorial do Vale. Sydney Chaloub dá ênfase à ação dos

50 **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

cativos e sua resistência que teriam “arrancado” alguns dos dispositivos legais em seu favor, já que:

O texto final da lei de 28 de setembro [lei do sexagenário] foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros. (CHALOUB, 2011, p. 199)

Warren Dean, embora focando o debate sobre as argumentações no Conselho de Estado, partilha com Chalhoub a visão de que os cativos tiveram um papel bastante relevante nas leis libertárias. Em relação à lei de 1871, Dean argumenta que o discurso do Visconde do Rio Branco mostra como o conselho procurou um meio-termo que permitisse não ameaçar de imediato os anseios dos escravistas e também não destruir as esperanças dos escravos na obtenção da liberdade. Este meio-termo seria alcançado com o lapso de 21 anos de trabalho compulsório após o nascimento, durante os quais aqueles que a lei já denominava libertos teriam que prestar serviços ao escravista (SALLES, 2008, p. 80). Em verdade, apesar do formalismo legal afirmar a liberdade à partir do nascimento, na prática havia uma postergação do cativo por duas décadas para os beneficiados. Tanto para Chalhoub quanto para Dean, o papel político dos senhores é secundário e sujeito às expectativas dos cativos, que influenciavam em grande medida a política da capital.

José Murilo de Carvalho critica esta posição, afirmando que a rebeldia escrava era circunscrita e diminuta, não justificando uma mudança legal desta monta. Para Carvalho, a elite política na capital procedia um “*reform-mongering*”, adiando a decisão tida como inevitável: o fim do escravismo, tendo em vista o contexto internacional e o desenvolvimento das relações sociais no período. Em “A Construção da Ordem e Teatro das Sombras”, Carvalho argumenta pela unidade da elite política que constituía o Estado brasileiro, em grande medida devido a uma formação comum nas universidades de Direito de Coimbra, São Paulo e Pernambuco. Esta unidade permitiu uma ruptura política com a elite senhorial do Vale, que não conseguiu ver seus interesses defendidos quando houve a aprovação das leis libertárias (CARVALHO, 2007). Portanto, elite política e elite escravocrata não formavam uma classe de elite, porém sim setores sociais que, mesmo possuindo algumas ligações, diferenciavam-se o suficiente para divergirem em assuntos-chave, como a questão servil.

Como base das interpretações de José M. de Carvalho está a teoria sociológica weberiana de poder, que vê naquele grupo social que se apodera do exercício legítimo da força, ou seja, o grupo social ligado ao Estado, a expressão de uma classe detentora do poder. Nesta visão, capacidade econômica não se traduz de forma imediata no exercício do poder, senão somente se ela se expressa mediante uma de suas formas de manifestação: carisma, tradição e dominação legal. Carvalho não vê na elite do Vale estas manifestações e

não crê que pujança econômica fosse traduzida em poderio político nacional. Elite política imperial e elite econômica do Vale não constituíam, portanto, uma classe social no sentido amplo. Desta forma, por razões bastante diferentes, Carvalho, Chalhoub e Dean compartilham a visão de que os senhores do Vale tiveram pouca relevância na aprovação das leis libertárias e não gozavam de ampla influência na “grande política” imperial. Entretanto, esta visão não é unânime na historiografia contemporânea.

Em “E o Vale era o escravo”, Ricardo Salles defende que houve uma “disjunção entre as percepções que fazendeiros e estadistas tinham da situação” (SALLES, 2008, p. 81) referente à aprovação da lei de 1871, pautando-se na posição de Ilmar R. de Mattos, que via uma oposição clara na política da época, após o consenso conservador razoavelmente estável com o regresso de 1837. O “Partido da Coroa”, representado em sua figura maior pelo Imperador, defendia as reformas para evitar conflitos como a guerra civil norte-americana e o isolamento do país no cenário internacional, preferindo o caminho mais pacífico das reformas via parlamento como ocorrera na Inglaterra (1838) e França (1848). A oposição, que representava os interesses dos cafeicultores do Vale, defendia a manutenção da servidão.

Ainda durante a Liga Progressista, Zacarias de Góes submeteu a questão ao Conselho de Ministros em 1867, sem obter resultados, e, após a demissão de Zacarias, o projeto foi procrastinado na presidência do Visconde de Itaboraí (1868-1870). O Imperador nomeou São Vicente, autor do projeto, para a presidência do Conselho de Ministros; no entanto, ele não conseguiu juntar forças políticas suficientes para a aprovação da lei, o que levou o monarca a nomear o Visconde do Rio Branco, sob a presidência de quem a lei finalmente é aprovada na Assembleia contra a oposição maciça da bancada do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo (SALLES, 2008, p. 79-121).

Embora a oposição ficasse evidente nos votos contrários à lei, seus representantes reconheciam a inevitabilidade do fim do cativo, por isso propunham projetos que adiavam esse fim. Domingos Andrada Figueira, por exemplo, um dos principais representantes da ala de oposição, defendia a substituição do cativo por colonos, devido às repercussões econômicas da perda imediata de mão de obra. Nos discursos, já não havia uma defesa do cativo como um modo produtivo legítimo; havia, entretanto, uma proteção das consequências de seu término. Projetos como o de Figueira mostrariam que ambos os partidos acordavam na percepção de que o fim do cativo era inelutável, o que os faria partilhar, portanto, uma visão comum de estadista. Contudo, a defesa dos interesses dos senhores do Vale dividia a classe política quanto à medida a ser tomada. Para Salles, não se tratava da defesa de imperativos morais, já que:

A condenação moral da escravidão era apenas retórica formal. Em nenhum momento ela norteou os debates. A não legitimidade da instituição servil, para a maioria dos conselheiros, era apenas o reconhecimento de uma situação embaraçosa diante da opinião do mundo civilizado. (SALLES, 2008,

p. 94)

Apesar de os grandes senhores do Vale experimentarem um crescimento vegetativo de seus cativeiros (ao menos em algumas áreas específicas) e disporem de um mercado interno de mão de obra, o que amortizaria os efeitos da lei, o imperativo seria a defesa dos ganhos ou a melhor administração das perdas, postergando os efeitos negativos que a lei trouxesse aos produtores do Vale (SALLES, 2008, p. 203-206). A existência das duas correntes políticas revelaria a influência dos senhores escravistas no parlamento e no Conselho de Ministros, onde possuíam representantes. Mesmo tendo sua posição derrotada, os escravistas do Vale de fato tinham peso político nas decisões do Império e influenciavam os jogos de poder nos corredores palacianos da capital.

Salles baseia sua visão na teoria gramsciana de classe, a qual entende que a elite projeta sua hegemonia por um *ethos* comum sobre as demais classes sociais (SALLES e BORGES, 2012: 66, 67). No caso do Brasil, a elite político-econômica, que abrangia senhores do Vale e representantes do Estado, projetava seu *ethos* escravista sobre o restante da sociedade e, até certa medida, fazia prevalecer seus interesses. O que, naturalmente, não foi o caso da lei de 1871, quando houve uma cisão nesta elite, representada pelo “Partido da Coroa” e sua oposição (SALLES, 2008, p. 18-28). Logo, a base teórica separa José M. de Carvalho e Salles, já que o último vê, nos senhores do Vale, uma classe de elite mais ampla, da qual os políticos da capital também faziam parte.

Noutra linha interpretativa, a ligação entre redes familiares e grupos de interesse como componentes na política Imperial também vem sendo vista como uma leitura a favor da influência da classe senhorial na política central, como mostram os estudos de Maria Fernanda Vieira Martins. Para Martins, parlamentares e membros do Conselho de Estado agiam primordialmente como representantes destas redes sociais, e o Conselho externava, em suas mudanças e posicionamentos, as transformações e negociações internas da elite, agindo como um distensor das fricções entre poderes locais e o Moderador. Deste modo, não se tratava de uma elite detentora de um *ethos* próprio ou mesmo razoavelmente uno, representando um Estado centralizado e eminentemente conservador, porém sim de instâncias de proveitos e vantagens, já que:

As elites encontravam-se, efetivamente, unidas por suas amplas teias de relacionamentos que, como tal, reuniam múltiplos interesses, agindo em função de circunstâncias específicas, desenvolvendo estratégias para manter os recursos econômicos, sociais e políticos das redes a que pertenciam, bem como suas relações com o poder tanto no nível central, quanto nos diferentes níveis regionais. (MARTINS, 2006, p. 212)

Em Maria F. Martins, a influência política do Vale exercia-se, primordialmente, por uma rede clientelar que perpassava laços familiares e compromissos de favor, fazendo dialogar interesses locais com o poder central. Apesar desta interpretação consoar com a de Salles, no que respeita à influência dos senhores do Vale nas decisões macropolíticas imperiais, dela dissona ao colocar as redes familiares e de influência à frente do papel do estadista. Em Salles e Martins os senhores do Vale dispunham de amplo poder político na capital, porém como ele se exercia é o ponto de discórdia.

## Conclusão

Vemos repetidos, na historiografia mais recente, os paradigmas dependência versus autonomia, analisados em Faoro e Furtado, seja no foco econômico, com a teoria do arcaísmo e sua crítica, seja no foco político, atentando para a capacidade de influência dos senhores do Vale nos corredores da capital. No campo econômico, a questão que se coloca é se os senhores do cativo agiam em consonância com o *modus* capitalista, buscando os investimentos que fossem mais capazes de multiplicar seu capital e garantir-lhes segurança de retorno. Como resposta, as contestações à tese do arcaísmo permitem vislumbrar um senhoriato capitalista apto a ampliar seu cabedal pelo investimento na rubiácea em resposta ao mercado mundial e levando em consideração as condições internas favoráveis. No campo político, a questão que se coloca é se os senhores do Vale eram capazes (e se o eram, quão capazes) de politicamente transcender as fronteiras geográficas da região. O senhoriato do Vale era um poder estritamente local ou nacional? Se for nacional, o grau e a capacidade de influência política, e por quais instrumentos ela se exercia, ainda é uma questão aberta a debates.

O Vale do Paraíba, a produção de café e seus personagens atravessaram diversos olhares ao longo do século XX e do atual. Como se depreende das interpretações de parte da historiografia, de uma posição de dependência exterior, o Vale passou a ser visto sob a ótica de suas características singulares e sua articulação internacional. A ascensão do café deixou de ser somente a consequência de condições externas para ser o resultado da interação de fatores internos ao Vale e à sociedade brasileira em concerto com a economia mundial. Os senhores do Vale, antes relegados a uma sina cultural arcaica que os impelia à perda, passaram a agir no interesse da ampliação de suas fortunas, bem como a ser agentes da política nacional, circulando, ainda que por meio de representantes, nos corredores palacianos do Império.

De certa forma, é possível dizer que parte da historiografia sobre o Vale caminhou em direção à autonomia. Os olhares que relegavam um papel secundário e absolutamente dependente aos objetos de estudos passaram a ver neles um potencial capaz de criar condições próprias para seu desenvolvimento e ampliação de interesses, bem como para

## 54 | **Autonomia e dependência: duas visões historiográficas sobre o boom cafeeiro oitocentista no Sudeste e sobre o poder político em âmbito nacional dos cafeicultores**

interagir com o mundo que os circundava.

### **Referências**

#### Documentação

Inventário *post-mortem* e testamento de Francisca de Jesus Breves de Macedo – 1848 fundo judiciário (caixa 08). Museu Histórico de Piraí, Rio de Janeiro.

Inventário *post-mortem* e testamento de Luiz de Souza Breves – 1839 fundo judiciário (caixa 03). Museu Histórico de Piraí, Rio de Janeiro.

#### Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem**: a Elite Política Imperial. Teatro das Sombras: a Política Imperial. 3a ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

CHALHOUB, Sydney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Companhia de Bolso, São Paulo, 2011.

ENGERMAN, Stanley B. e HIGMAN, B. W. The demographic structure of the Caribbean slave societies in the eighteenth and nineteenth centuries em KNIGHT, Franklin W. **General history of the Caribbean**. Volume III. Unesco Publishing, Londres, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 5ª Ed, Editora Globo S.A, São Paulo, 2012.

FLORENTINO, Manolo e Góes, José Roberto. **A Paz das Senzalas**. Família Escrava e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850. Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2008.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura**: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_, João e FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 42 edição, Brasiliense, São Paulo, 1997.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2009.

MARQUESE, Rafael e DALE, Tomisch. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no sec. XIX em SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila (org). **O Brasil Imperial (1808-1889)**. Volume II (1831-1871). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado. Topoi, v. 7, n. 12, 2006.

MOTTA, José Flávio. **Corpos Escravos, vontades Livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro. Bananal (1801-1829). Annablume FAPESP, São Paulo, 1999.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo**. Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do império. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_, Ricardo e BORGES, Magno Fonseca. “A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada”. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada Hera** – vol. 07 n. 13, jul-dez 2012, pg. 57-94.

SANTOS, Camila dos. **Laços cativos**: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882). Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EURJ). São Gonçalo, 2011.